



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Deputado Alexandre Quintanilha

Assunto: Requerimento para audição do Ministro da Educação e da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais sobre a falta de pessoal não docente nas escolas

O PCP há longo tempo vem denunciando a falta de trabalhadores não docentes, sobretudo de auxiliares e de administrativos, na Escola Pública. Mais ainda, fomos sempre colocando que o Governo não estava a proceder à devida substituição de trabalhadores nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

Assim, a par da adequação do rácio à realidade concreta das escolas e das respostas de que cada comunidade educativa necessita, o PCP sempre exigiu que se procedesse à substituição dos trabalhadores sem que daí pudesse resultar um acréscimo para o fenómeno da precariedade.

Os diretores das escolas vêm agora dizer que falta pelo menos 1 auxiliar por cada um dos agrupamentos, ainda que haja muitas que careçam de bem mais do que isso, e que os trabalhadores que passam à aposentação, os incapacitados por doença e os que, entretanto, falecem continuam a contar para o número de funcionários das escolas.

Tal estará a suceder porque, de acordo com informações prestadas à comunicação social, porque “para substituir os trabalhadores não docentes afastados do trabalho por períodos superiores a dois anos as escolas recebem apenas bancos de horas que podem pagar a funcionários a tempo parcial, condição em que trabalham 1500 auxiliares.”

No concreto, a falta de trabalhadores resulta no encerramento ou no encurtamento do horário de vários serviços, como reprografias, bibliotecas, pavilhões desportivos, quando não de toda a escola.

O Ministério da Educação tem referido que as escolas tiveram um reforço de 2550 auxiliares, durante a atual legislatura. No entanto, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais tem afirmado que, pelo menos, 1500 estarão de baixa médica.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Também no que concerne aos administrativos, há diversas insuficiências que necessitam de ser colmatadas com urgência. Quando a escassez afeta diretamente trabalhadores que lidem com áreas como a contabilidade ou a tesouraria, o que gera dificuldades no processamento de salários, pagamento a fornecedores de materiais fundamentais para o funcionamento da vida escolar.

Assim, nos termos regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP vem, por este meio, apresentar o requerimento para a audição do Ministro da Educação e da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais sobre a carência e falta de substituição de trabalhadores não docentes da Escola Pública em sede da 8.ª Comissão.

Palácio de S. Bento, 11 de fevereiro de 2019

As deputadas,

ANA MESQUITA, ÂNGELA MOREIRA